



As Diretrizes da OCDE e a transição justa

A sua comunidade ou o seu meio ambiente está sofrendo um dano decorrente de um empreendimento passado ou atual de uma empresa de combustíveis fósseis ou de energia renovável, ou decorrente de uma atividade empresarial (como o uso excessivo de recursos hídricos) que dificulte a sua adaptação às mudanças climáticas? As Diretrizes da OCDE podem ajudar você a lutar por um futuro mais resiliente.

O que dizem as Diretrizes da OCDE sobre a transição justa

A transição justa trata-se de avançar em direção a uma indústria renovável e ecológica de maneira *justa* e equitativa, cuidando das pessoas trabalhadoras e evitando danos às comunidades decorrentes do processo de transição. As Diretrizes fazem referência ao apelo do Acordo de Paris para uma transição justa. Elas esperam que as empresas abordem os danos sociais tanto na transição de saída dos combustíveis fósseis quanto na adoção de modelos mais ecológicos. Você pode usar as Diretrizes da OCDE para exigir que as empresas:

MAIS
INFORMAÇÕES



- Façam a transição do desenvolvimento ou uso de combustíveis fósseis, ou de outras práticas que prejudicam o meio ambiente, para minimizar as emissões de gases de efeito estufa (GEE).
- Identifiquem e abordem os danos – inclusive danos anteriores – causados às pessoas trabalhadoras e às comunidades durante a transição de saída dos combustíveis fósseis ou de outras práticas nocivas ao meio ambiente. Isso envolve a prática da desmobilização responsável, levando em conta os trabalhadores e trabalhadoras que podem perder seus empregos e as comunidades afetadas pela poluição ou danos ambientais.
- Identifiquem e evitem possíveis danos ambientais e aos direitos humanos causados às pessoas trabalhadoras e às comunidades durante a transição para modelos mais ecológicos. Isso implica no desenvolvimento de energia renovável e outros produtos de uma forma que respeite os direitos humanos e o meio ambiente.
- Se envolvam de forma significativa com as pessoas trabalhadoras, comunidades e outras partes interessadas ao longo de todo o processo de transição.
- Garantam o treinamento e a capacitação da força de trabalho para que ela se adapte às futuras mudanças ambientais e tecnológicas.
- Se abstenham de atividades que prejudiquem a adaptação climática e a resiliência de comunidades, pessoas trabalhadoras e ecossistemas.

Dica

Como as Diretrizes da OCDE não apresentam uma definição para "transição justa" e fazem referência ao termo no contexto do Acordo de Paris, que se concentra estritamente nos direitos das pessoas trabalhadoras, a sociedade civil deve citar o teor de outras seções das Diretrizes sobre minimização de emissões de GEE, respeito aos direitos humanos e reparação de danos para demonstrar as expectativas implícitas mais amplas das Diretrizes sobre transição justa. Para incentivar o acesso equitativo pelas empresas à energia renovável, o que é especialmente importante para as comunidades afetadas, a sociedade civil deve citar as expectativas internacionais em evolução nessa área, bem como observar que as Diretrizes pedem que as empresas se alinhem com as melhores práticas.

O que são as Diretrizes da OCDE?

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (as Diretrizes da OCDE) são recomendações feitas pelos governos a empresas sobre como operar de forma responsável. As Diretrizes da OCDE estabelecem padrões não vinculantes para uma conduta empresarial responsável, abrangendo uma ampla gama de questões importantes para as comunidades, como os direitos humanos, os direitos trabalhistas e o meio ambiente, cobrindo também tópicos como corrupção e tributação.

A fim de promover as Diretrizes e tratar as denúncias sobre atividades empresariais prejudiciais, os governos que aderem as Diretrizes da OCDE devem estabelecer um órgão extrajudicial de denúncias denominado Ponto de Contato Nacional para Conduta Empresarial Responsável. As Diretrizes estabelecem padrões adequados para todas as empresas, mas as denúncias só podem ser apresentadas contra dois tipos de empresas com operações internacionais: 1) empresas multinacionais com sede em um país aderente às Diretrizes da OCDE ou 2) empresas multinacionais que operem em um país que adote as Diretrizes da OCDE.

Como as Diretrizes da OCDE podem ajudar?

A sociedade civil pode usar as Diretrizes para:



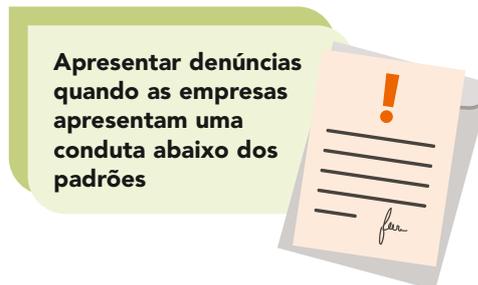
Promover a conscientização da comunidade sobre os padrões destinados às empresas



Falar com as empresas para exigir uma conduta melhor



Defender leis e políticas sólidas sobre responsabilidade corporativa



Apresentar denúncias quando as empresas apresentam uma conduta abaixo dos padrões

Sobre a OECD Watch

A OECD Watch é uma rede global da sociedade civil com mais de 130 organizações-membros em mais de 50 países. Nosso trabalho concentra-se do fortalecimento de comunidades, pessoas trabalhadoras e ONGs para que estes utilizem as Diretrizes da OCDE para garantir que o setor empresarial respeite os direitos humanos e o planeta e que as empresas sejam responsabilizadas por suas impactos negativos em todo o mundo. A OECD Watch ajuda comunidades e ONGs na apresentação de denúncias e na defesa de direitos diante de governos e empresas. Também fazemos pesquisas e defendemos políticas na OCDE e em países isolados para incentivar uma implementação mais eficaz das Diretrizes e um alinhamento mais estrito entre as Diretrizes e as leis de responsabilidade corporativa. **Precisa de ajuda? Entre em contato conosco!**

MAIS
INFORMAÇÕES

